



A JACA DA RALÉ – RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR COM ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Jane Carvalho Fernandes de Araujo¹
Walkiria da Silva Gomes Labarba de Souza²
Jacy Marques Passos³
Óscar Santelices Moya⁴

RESUMO

o presente artigo pretende discorrer acerca das experiências ocorridas no contexto do acolhimento escolar com adolescentes em situação de acolhimento institucional a partir de um conflito ocorrido em uma unidade escolar e os desdobramentos após os adolescentes acessarem o pé de Jaca da referida instituição. Os jovens que fazem parte desse relato, estão também sob a responsabilidade legal do Estado, pois o acolhimento institucional é uma medida provisória perpetrada a partir das ameaças ou violações dos direitos, conforme preconizado no Estatuto da criança e do adolescente (ECA). A bibliografia utilizada para a investigação do tema são as contribuições dos autores SOUZA (2009), BUTHER (2000), FREIRE (2019) e TIBURI (2021), dentre outros autores que corroboram com o tema.

Palavras-chave: Escola - Acolhimento institucional – Jaca – Adolescente

¹ Mestranda em Humanidades, Cultura e Artes – UNIGRANRIO, Especialista em pedagogia social para o século XXI– Universidade Federal Fluminense (UFF), Pesquisadora em Pedagogia Social para o século XXI - PIPAS /UFF, Assistente Social atuante no acolhimento institucional na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

² Mestranda em Humanidades, Cultura e Artes – UNIGRANRIO, Especialista em Serviço Social – UNISUAM, Professora na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Professora Tutora da UNIGRANRIO.

³ Mestrando Processos Formativos e Desigualdades Sociais – UERJ (iniciado em 2020) – Especialista em Sociologia da Educação - Pesquisador em Pedagogia Social para o século XXI - PIPAS /UFF – Pedagogo Social – Professor de Notório Saber do Grupo PIPAS-UFF.

⁴ Psicólogo PUC Rio, Pós doutor Serviço social Uerj, Doutor Serviço social Uerj, Mestre em Políticas Públicas PPFH Uerj.



ABSTRACT

The present intends to discuss about the experiences that occurred in the context of school reception with adolescents in a situation of institutional reception from a conflict that occurred in the school unit and the consequences after the adolescents access the Jaca foot the school unit. The Young people who are parto f this report is under the legal responsibility of the State, as institutional care is a provisional measure perpetrated from threats or violations of rights, as recommended in the Child and Adolescent Statute (CAS). The bibliography used to investigate the topic is the contribution of the authors SOUZA (2009), BUTHER (2000), FREIRE (2019) and TIBURI (2021), among other authors that corroborate the theme.

Keywords: School – Institucional Reception – Jaca – Adolescent

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A JACA DA RALÉ 10

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é uma medida protetiva, provisória e excepcional aplicada quando os direitos de crianças e adolescentes são ameaçados, a partir dos norteadores da Lei nº 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Os motivos que deflagram o acolhimento de crianças e adolescentes são diversos, dentre eles podemos destacar: situação de rua, abusivo de substância psicoativa, negligência, abandono, abuso físico/psicológico/sexual, orfandades; dentre outros.

Assim, a partir do encaminhamento a instituição, inicia-se um trabalho técnico na compreensão dos motivos que levaram à ruptura / fragilização dos vínculos familiares e a elaboração de um plano individual de atendimento objetivando a reintegração à família de origem, extensa ou afetiva.

Nesse sentido, o objetivo do acolhimento é zelar pelos cuidados de crianças e adolescentes, portanto, as necessidades são alinhadas e (re) definidas no cotidiano, pois muitas questões surgem no desvelar do nosso trabalho, como por exemplo, violências sofridas no seio da família como aponta RIZZINI (2006, p.36):

Diversos estudos nacionais e internacionais indicam que a família continua sendo um lugar privilegiado de proteção e pertencimento. Indicam, ainda, que embora persista uma tendência à idealização da família, ela aparece também como um espaço passível de conflitos e contradições. Esta constatação nada traz de novo; porém, revela-se de forma mais acentuada nos últimos anos, devido ao amplo interesse mundial na questão da violência doméstica ou intrafamiliar, em particular o abuso sexual.

Além disso, o ingresso no acolhimento (abrigo) implica também no direito ao acesso às políticas públicas: saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, cultura e etc. No tocante à educação, o histórico de muitos adolescentes é a infrequência ou abandono escolar, muitos não se recordam sequer do nome da última escola e a retomada a este espaço é realizada de forma gradual.

Ressalta-se que o retorno dos adolescentes que estão nos abrigos ao espaço escolar é complexo. Há uma dificuldade em permanência e na convivência com a comunidade escolar. Muitos conflitos ocorrem, incluindo desde questões comportamentais e inadaptação ao contexto da escola.

Nesse interim, o relato exposto pretende abordar um episódio envolvendo adolescentes acolhidos em um abrigo que utilizaram o pé de Jaca como forma de transgredir as ordens disciplinares de uma escola pública, apontando que o espaço escolar deveria atuar como problematizador das questões sociais e educacionais proporcionando uma discussão libertadora no que se refere a pedagogia crítica e consciente de sua condição de classe: a ralé (Souza,2009).

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO BÁSICO E A ESCOLA COMO REPRESENTAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Em vivências de experiências dentro e fora de sala de aula, sempre chama a atenção a falta de motivação, a evasão e os casos de indisciplina dos alunos sucedidos das camadas desfavorecidas economicamente. Nesses casos, que não são exceção, existe a conformidade de um quadro caótico, na qual cada vez mais, estes indivíduos estão sendo invisibilizados.

Cabe ressaltar que a educação de qualidade deveria ser oferecida a todos, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9394/96). Contudo, como complexifica Jessé Souza (2009), existem peculiaridades no cenário educativo que anteparam e atrapalham o sucesso escolar de crianças e adolescentes de classes menos privilegiadas.

É a cultura institucional da escola, indica que o autor Souza (2009) denomina de "má-fé institucional", para ele significa uma situação que não transcorre somente na escola, mas que está presente nos âmbitos da justiça e da saúde. Dado o enfoque da altercação aqui sugerida, será considerado o meio escolar e/ou institucional.

Assim, Saviani (1999) indica os contrassensos vindo da escola e da educação na sociedade capitalista, a partir dos fundamentos das teorias críticas. O autor defende que a educação deve possibilitar a formação do homem livre, democrático, cidadão e autônomo.

Caminhando contra essa ideia, a escola e a educação se transformam em instrumentos para reforçar o afastamento próprio desse modelo de sociedade. O referido ainda acrescenta que tais teorias cooperam para aprofundar a distância entre os conteúdos ofertados e submergidos pelas escolas das elites e as escolas das camadas populares.

No âmbito da escola e dos ensinamentos do mestre Paulo Freire, com seu permanente chamado a uma educação que precisa ser concebida como reconhecimento e troca de saberes, e ainda como uma construção simultânea e relacional de educadores e educandos, ambos formando parte de um processo que ao transformá-los, os torna aptos para transformarem o mundo em que vivem.

Mediante os pressupostos de Paulo Freire em insistir que a educação não é neutra, e que contrariamente, ela deve ser orientada para um compromisso com os desafios da humanização, justiça social e democracia. Nessa esteira o atual horizonte da educação latino-americana envolve necessidades, exigências e utopias que desafiam os imaginários culturais e sociais dos nossos países. Como afirma FREIRE, (2019, p. 90):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem se nutrir de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra no trabalho, na ação-reflexão. Mas dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.

Se perfila assim a necessidade de compreender os contrapontos que na direção de desvelar o conflito que desde uma concepção positivista, aliada à ideologia neoliberal dominante na América latina, pretende que a sociedade seja interpretada como uma redução desses confrontos e contradições a meras relações dualistas onde haveria ricos e pobres, vencedores e perdedores etc.; valendo-se de mecanismos como a culpabilização do indivíduo como principal justificativa para a digestão moral das desigualdades sociais, bem como o modo de repassar a responsabilidade para o próprio sujeito, sob o argumento de não querer, ser preguiçoso ou de ser incapaz de alcançar as opções oferecidas pelo paradigma livre de mercado.

Com um modelo que impôs uma educação pobremente subvencionada pelo Estado, reproduzindo as distâncias de classe, sob a forma de novas identidades e caráter contra hegemônico. Em grande parte, essa visão da sociedade foi impulsionada pela corrente filosófica liberal cujo padrão interpretativo da realidade marcado pelo desejo de uma sociedade, na qual o status fosse plenamente adquirido e não mais transmitido, baseou-se na defesa do mérito individual como princípio de ordem e seleção social.

Nessa perspectiva, a desigualdade social não seria injusta, pois seria um sistema que conduz para o topo o mais capaz, e em que os prejudicados devem a sua infelicidade ao seu esforço individual insuficiente. Por trás dessa ideia de mérito, aparece a sustentação de uma sociedade que seria capaz de adotar critérios imparciais de seleção e organização dos papéis que requer através de seus sistemas escolares e da divisão do trabalho.

É neste ponto que o mérito, como o motor de uma dada sociedade, converge com a noção de mobilidade social, já que ela se refere à existência de uma estrutura de classes ou camadas sociais permeáveis entre si, permitindo assim alcançar a equidade no entendido que os indivíduos poderiam alcançar qualquer posição, independentemente da sua origem social.

Não obstante, se faz necessário ser cauteloso na hora de interpretar esses conceitos, uma vez que, apesar de que a mobilidade social e a ideia de o mérito parecerem andar de mãos dadas, na realidade rara vez compõem uma amalgama; entretanto, se discursivamente ambas são consideradas como sendo inseparáveis, na realidade uma não requer da outra necessariamente, e seus poucos encontros têm sido historicamente contingentes. Isto é:

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade, e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias. [...]. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais
FREIRE, (1979, p. 30-31)

Ainda que a maioria da população pareça acreditar na perspectiva da possibilidade de alcançar a mobilidade social (por mais improvável que isso seja) através dos méritos individuais, e sem uma maior conexão com a realidade social; quando isso se traduz em orientações do real para a ação grandemente influenciadas pela perspectiva da mobilidade e da fé no mérito, constatando que aqueles que estão acima e abaixo considerem sua posição como o resultado de algo que eles mereceram ou como um fracasso.

Respectivamente então poderemos afirmar que existe a presença de uma sociedade com um ordenamento relativamente coeso e legitimado, graças à ideologia da meritocracia. Dessa maneira, a probabilidade de que os membros de tal sociedade considerem essa ordem como justa, por mais desigual que seja, será bastante alta.

Desse modo, ao nos aproximarmos da problemática relacionada com a inclusão e o direito à educação, como um eixo de reflexão e intervenção da Pedagogia Social e da Educação Popular, é que nasce a necessidade de uma reflexão dialógica com essa dimensão educativa, para a promoção entre ambas as perspectivas que

permita a nós analisarmos essas e outras situações complexas decorrentes da realidade socioeducativa da nossa sociedade atual.

Logo, consideramos ser essa a forma a partir da qual estaremos habilitados para abordar a matriz educacional atual e desafiar as perspectivas hegemônicas que restringem a educação com seus indicadores clássicos que definem a agenda da política, propiciando uma educação mais transformadora e inclusiva, nos anseios de Paulo Freire dentre outros pensadores.

Em conformidade com Bourdieu, o autor distingue que, a escola em sua ação pedagógica tende a ser reprodutora de classes dominantes na medida em que privilegia o discurso e a compreensão dessas classes, haja vista que *toda* ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário de um arbitrário cultural, conforme Bourdieu; Passeron, (1975, p.20).

Esse é o entendimento base da má fé institucional problematizada por Souza (2009), pois o autor crê que a escola ao privilegiar em sua ação pedagógica a cultura que domina acaba não cumprindo sua função que poderia ser inovadora em relação aos mais miseráveis.

Assim, o *habitus* primário, a clareza, a compreensão, aquilo que é adquirido no seio da família, no caso da "ralé estrutural" não é o que a escola estima, causando grande constrangimento no convívio escolar e, mais ainda, advindo a desistência por parte de crianças, adolescentes e jovens estudantes.

Isso significa que não estamos falando de uma classe, mas de uma subclasse, que se encontra nas periferias, não quantificada nos dados estatísticos que aparecem invisíveis, entretanto, quando adentram os abrigos, debelam a face da exclusão e dos critérios de elegibilidade de inserção desse público nas políticas públicas / sociais e educacionais.

Ao defender essa "imparcialidade", a escola reverencia uma lógica de "mérito" e delonga a responsabilidade aos indivíduos pelo sucesso ou pelo fracasso do processo educativo. Essa ilusória neutralidade, esse aspecto de igualdade é que se

compõe na manifestação da "má-fé institucional", e que inclina se a esforçar a sociedade de classes.

A "má-fé" não é dos profissionais, porém, quase que poderíamos dizer uma disfunção da instituição e resultado e meio de reprodução que naturaliza as relações sociais em uma determinada formação (SOUZA, 2009).

A vista disso, a escola, como referido anteriormente, trata os desiguais de forma igualitária, unificando os procedimentos administrativos e pedagógicos, o que aumenta a distância entre a realidade da ralé brasileira e a escolar.

Dessa relação com a escola, cabe ponderar que os indivíduos da ralé sofrem "dupla violência simbólica", pois já estão privados das aptidões/habilidades necessárias ao mundo produtivo em sua sociabilização, no seio de sua família, e são de novo retirados dessas competências no âmbito escolar marcado pela "má-fé institucional".

Por conseguinte, a maior parte deles tende a evadir do processo escolar, por se considerar "menos capaz" de prosseguir nos estudos, o que colabora para a manutenção do *status quo*.

Souza (2009) problematiza esse aspecto ao afirmar que é tendência dos filhos da ralé continuarem na classe social baixa, o que é elucidado como uma "necessidade que impõe", tendo em vista que não têm disciplina, autoestima, visão perspectiva, e, por isso, não observam indignação da educação escolar propriamente falada.

Sob esse olhar, a ausência de oportunidade de adquirir essas habilidades nasce como falta de necessidade, ou falta do conceito da necessidade. Está aí cultivada uma classe singular que, depois de "fracassada" na escola, será excluída também do mercado econômico competitivo. Isso se dá pela falta de capacidade, socialmente instruída, pela renúncia ou dissimulação social.

Figura 1 - A JACA DA RALÉ



Fonte: Autoria dos pesquisadores (2021)

A jaqueira é considerada uma árvore espaçosa, faz parte do cenário brasileiro. A sua origem asiática, foi trazida da Índia pelos colonizadores e teve uma boa adaptação devido ao clima tropical. As árvores ocupam espaços residenciais, ruas e nas instituições.

O relato de experiência ocorreu em uma escola pública no município do Rio de Janeiro, onde a “Jaca” se tornou um objeto de transgressão e disciplinarização de adolescentes abrigados.

Os adolescentes trazem inúmeras questões do universo escolar. Com frequência somos acionados pelas unidades escolares acerca das queixas de indisciplina, por sua vez, se queixam de um tratamento diferenciado por serem oriundos de abrigos.

Mencionam em suas narrativas que são discriminados por não estarem com as suas famílias e por serem vistos como “perigosos” e “baderneiros”, além de retratarem que as punições são mais severas com eles, como por exemplo, a suspensão e o

acionamento dos órgãos de segurança em conflitos internos, conforme denota GOFFMAN (1974, p.42)

Cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar as suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações à mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato

Assim, certo dia, recebemos um telefonema da unidade escolar onde três adolescentes acolhidos estavam matriculados, alguns com histórico anterior de institucionalização e evasão dos bancos escolares, solicitando que fôssemos buscar os mesmos porque após um conflito na unidade escolar, acessaram o pé de jaca e se recusaram a descer, ateadando pedras contra a direção e outros atores que participaram do fato.

Após o ocorrido, os adolescentes se recusaram a retornar para o ambiente escolar, foram realizados atendimentos aos adolescentes sobre o retorno às aulas, tivemos algumas resistências, foi pactuado com a unidade escolar que estes fariam um retorno gradual, com a diminuição da carga horária até a adaptação.

O adolescente L, 15 anos, se recusou algumas vezes em frequentar às aulas, não via sentido a sua presença na escola, após um período de acompanhamento no abrigo, conseguimos aumentar a sua frequência.

Este em alguns momentos solicitou contato da escola com o abrigo pedindo que o liberassem porque não queria assistir às aulas. Observamos que se por um lado havia tamanha negação em se constituir parte daquele universo, a escola apresentou dificuldade em lidar com os atravessamentos que estes demandavam.

Cabe ressaltar que antes de os adolescentes acessarem o pé de jaca, L. com outros 02 adolescentes solicitaram retornar ao abrigo, a unidade escolar entrou em contato com o acolhimento, explicitaram que havia um conflito e os adolescentes atearam materiais contra o telhado e subiram na jaqueira, sendo que a árvore não tinha acesso pelos educandos. Foi detalhado pela escola que nenhum aluno, até aquele momento, havia acessado a árvore.

Nessa perspectiva, não autorizamos o retorno dos adolescentes, pois havíamos entendido que a saída dos educandos não possibilitaria uma conversa pedagógica com eles, a escola decidiu acionar os órgãos de segurança pública em virtude dos danos materiais causados pelos adolescentes.

Para JARES, o direito prioritário que devemos educar, é *pelo respeito a vida dos demais, a vivência dos direitos humanos, os princípios democráticos de convivência e a prática de estratégias não-violentas de resolução de conflitos* (2008, p. 35)

Os adolescentes retornaram ao acolhimento, foram suspensos das aulas presenciais pela escola. Para eles, o sentimento de cerceamento no ambiente escolar e um lugar em que não se sentiam acolhidos e envolvidos significava que precisavam serem ouvidos e respeitados em sua condição peculiar de desenvolvimento. Aqui, é afirmado por FREIRE (2019, p. 60):

Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. De nada serve, a não ser para irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador, falar em democracia e liberdade, mas impor a vontade arrogante do mestre.

É imprescindível observar que os pressupostos delineados por Paulo Freire não eram minimizados pelo fato a se proteger uma educação baseada na realidade dos grupos menos favorecidos, muito pelo contrário, sua obstinação em uma educação diferenciada, embasada na cultura e na vida popular foi o que chamou a atenção de educadores do mundo inteiro para seus escritos.

Ao sugerir uma educação que não se domina a qualquer forma de opressão, dominação e subalternidade, a “Pedagogia do oprimido” estimulou desvios nas teorias e nas práticas da pedagogia. A partir dela, seria admissível impugnar à educação

enquanto um projeto político que serviria para eliminar as diferentes formas de desumanização. O debate, então passou a permear práticas educacionais que valorizavam a liberdade, a dignidade humana e a justiça social:

É aquela que precisa ser elaborada não para o oprimido, mas com ele, reconhecendo-os enquanto sujeitos que lutam por sua humanidade. Essa pedagogia deve fazer da própria opressão um objeto de análise, para que esses indivíduos reconheçam a realidade e se engajem na luta pela libertação
FREIRE, (2019, p.34)

O autor da obra articula que a pedagogia do oprimido é mais que uma obra, se aparecendo como uma prática pedagógica que parte do amor ao ser humano e ao benefício da luta do oprimido por sua liberdade, o que ele chama de uma opção ético-humanística.

Assim, quem acomoda os grupos dos seres humanos oprimidos são aqueles excluídos e marginalizados no Brasil e no mundo, como os índios, os negros, as mulheres, o condenado, dentre outros. Freire os nomeia de oprimidos pois esses indivíduos acabam por internalizar o opressor, agindo eles mesmos contra suas liberdades e vontades, tirando os seus direitos.

Segundo Saviani (1999, p.66), o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação. Dessa maneira, concluímos que os marginalizados são os grupos ou classes dominadas. As desigualdades, de que a origem é a separação da sociedade em classes se ampara por meio das relações de dominação, ou seja, de poder.

Nesse pensamento, os adolescentes que violaram as regras da escola, se reuniram pelo interesse de dizerem o que não aceitam as normas trazidas no contexto escolar, de acordo com Butler (2018, p.17):

Na verdade, temos que repensar o ato de fala para entender o que é feito e o que é realizado por determinados tipos de representações corporais: os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio

É importante salientar que tais adolescentes possuem em suas trajetórias de vida, além da exclusão social, o abandono afetivo, e nesse sentido, o acolhimento institucional e a escola se coloca um lugar de cuidado, se tornando também em um espaço de proteção social.

No entanto, o conflito deflagrado no espaço escolar, sinalizou que a escuta da escola aos adolescentes foi neutralizada pela ordem e pela legalidade, contudo, o caminho percorrido pelos adolescentes para serem vistos foi a linguagem corporal, pois as suas falas por vezes, mediadas por palavras, se constituiu em um instrumento de luta social.

Após o ocorrido na unidade escolar, os adolescentes que foram suspensos das atividades presenciais relataram que se sentiam punidos pela indisciplina por terem proferidos palavras de baixo calão à equipe de trabalho da escola e por terem acessado a jaqueira.

Para eles, se todo o espaço pode ser utilizado pelos educandos, a árvore também faz parte desse cenário. O fato de que nenhum aluno até a presente data do ocorrido não acessava a jaqueira, demonstrou que a criação de normas internas não fora pactuada com a comunidade escolar, o que desencadeia o conflito.

Para além do sentimento de punição, observamos que os adolescentes também não demonstraram a suspensão como uma perda referente ao processo educativo por estarem ausentes da escola, pois o público em situação de acolhimento institucional não incorporou o discurso que a educação é uma propulsora de mudança social e política.

Nessa trama foi observado também que o pouco conhecimento da realidade social que atravessa a história dos adolescentes em situação de acolhimento corroborou com uma solução imediatista e na tentativa de silenciamento dos corpos.

A autora Bell Hooks (2013), indagou que a crise da educação no processo de construção do conhecimento, demonstra que em sua experiência pessoal, os alunos não desejam aprender e os educadores não querem ensinar. Tal contradição aparece no questionamento dos adolescentes quanto a permissão de acessar domínios que não são autorizados.

Infere-se, portanto, que se a educação é uma prática de construção e liberdade, a dinâmica do fato propiciou uma possibilidade de uma estratégia pedagógica voltada aos casos que demandam um olhar especializado, mas o contorno do caso foi mediado pela segurança pública, que segundo a escola, não houve a possibilidade em estabelecer o diálogo.

Sendo assim, os adolescentes vivenciaram mais uma ruptura em suas histórias, pois estão ausentes de seu núcleo familiar, a jaqueira foi o símbolo de um refúgio desse público, que apresenta em seu contexto, o não lugar das políticas públicas, pois mesmo com os marcos legais para a inclusão social, as relações de poder exercidas pelas instituições conforme observam TIBURI (2021, p.20):

A humilhação é uma práxis, ou seja, uma ação que é, ao mesmo tempo, produção intersubjetiva. Nesse sentido, é uma racionalidade e uma lógica que está no coração de processos institucionalizados. A humilhação está na base das instituições, do casamento à família, da escola ao sistema de justiça, da Igreja e do Estado. O que se chama de dominação, de controle, de disciplina, de poder ou violência, não tem como instaurar-se sem a tática da humilhação. A humilhação é um tipo de exercício pelo qual o outro é transformado em nada. Se a exploração para fins econômicos coisifica a existência do outro, a humilhação nadifica

Portanto, ao ouvirmos o que o outro traz em sua trajetória de vida, respeitamos a sua história, inquietações, dificuldades e decisões. Quando suprimimos a capacidade dessa escuta e do protagonismo, transformamos as relações sociais em relações de poder e disputas, um palco de muitas contradições, conflitos e tensões, e torna as intervenções menos efetivas e suscetíveis a rupturas no contexto institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas palavras finais, pretende-se o exercício da reflexão acerca do relato de experiência, uma vez que, os vários elementos aqui expostos pavimentam uma discussão que ainda permeia a educação, no que se refere aos acolhidos institucionalmente e, que de fato, transitam nesse espaço num movimento de inclusão excludente.

Não se quer com isso demarcar o bom x mau, certo x errado, pois o cerne é a inclusão excludente, que nesse processo, foi sublinhada a partir dos relatos apontados pelos adolescentes, bem como, os desdobramentos em que a “Jaca” se tornou um objeto de transgressão e disciplinarização.

Compreende-se, portanto, que crianças, adolescentes e jovens oriundos do contexto do acolhimento institucional são por vezes rotulados pelo senso comum e pelas instituições como indisciplinados e desinteressados pelos estudos. A trajetória de cada um demonstra o quanto é desafiador o processo de saída das ruas e se vincular às instituições de cuidado e proteção (abrigo, escola, saúde).

Sendo assim, as reflexões aqui trazidas demonstram a urgência da Pedagogia Social, por ser esta, uma pedagogia inclusiva, que em cada desenho estrutural da unidade escolar, haja espaços de reflexões e diálogos, principalmente aos grupos de maior vulnerabilidade social.

Então, a pergunta é retórica ao indagar, se o acesso a jaqueira fosse realizado por adolescentes não inseridos em abrigos, o desdobramento do caso teria a mesma condução do conflito? Decerto que se pode pensar que não.

Face ao exposto, a jaca da ralé são todos os excluídos socialmente, aqueles cujas vozes, quando ouvidas são classificadas como opositoras e desordeiras, cabendo o discurso da ordem como forma de controle e apagamento de seus direitos, que ainda não foram socialmente reconhecidos.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves S.A., 1975.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 31 março 2022.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 31 março 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia** / Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREIRE, Paulo Freire. **A Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2019.

_____ **A Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____ **Educação e mudança**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

MCA, Módulo Criança e Adolescente. 2º Censo. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/27o-censo/>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

RIZZINI, Irene. **Acolhendo crianças e adolescentes – Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. Rio de Janeiro – RJ: PUC-RIO, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32 d. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 199.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

TEIXEIRA, Beatriz Basto. **Por uma escola democrática: colegiado, currículo e comunidade**. 2000. 340f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. USP.

TIBURI, Márcia. **Complexo de vira-lata (recurso eletrônico): análise de humilhação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.